

**COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS
DIRETORIA AMPLIADA
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 01/02/2023**

No primeiro dia do mês de fevereiro de 2023, às 9h, os membros da Diretoria Ampliada do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Rio das Velhas reuniram-se ordinariamente, por meio de videoconferência, através da plataforma Google Meet. Participaram os seguintes conselheiros da Diretoria: Poliana Aparecida Valgas de Carvalho Neiva – Prefeitura Municipal de Jequitibá; Marcus Vinícius Polignano - Instituto Guaicuy SOS Rio das Velhas, Renato Constâncio – Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Participaram os conselheiros da Diretoria Ampliada: Humberto Fernando Martins - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e José de Castro Procópio - Associação de Desenvolvimento de Artes e Ofícios (ADAO). Participaram também: Rúbia Mansur, Thiago Campos, Berenice Coutinho, Ohany Vasconcelos, Wolmara Teixeira, André Rodrigues e José Eustáquio Júnior representantes da Agência Peixe Vivo (APV); Luiz Guilherme Ribeiro e Juciana Cavalcante da Equipe de Comunicação do CBH Rio das Velhas/Tanto Expresso; Marcelo da Fonseca, Thiago Santana e Anderson Diniz, como representantes do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam); **Item 3: Alinhamentos entre CBH, IGAM e APV – participação Marcelo da Fonseca.** Constatado o quórum, a Presidenta do CBH Rio das Velhas, Poliana Valgas, solicita a inversão de pauta para tratar primeiramente do assunto que envolve o Igam. Contextualiza dizendo que o objetivo é realizar um alinhamento sobre os processos de prestação de contas e do custeio da Agência Peixe Vivo. Convida a Gerente de Administração e Finanças da APV, atual Diretora Geral Interina, Berenice Coutinho, para explanação. Berenice Coutinho fala que a expectativa de repasse financeiro para 2022 era da ordem de 12 milhões, porém a Agência recebeu cerca de 5 milhões. Explica que foi necessário utilizar recurso de investimento (disponível em caixa) para arcar com despesas de custeio e que apesar da ciência do Igam, a questão não foi formalizada. Diz que o saldo do custeio está negativo em torno de 160 mil e que a situação foi apresentada para a Presidenta do CBH rio das Velhas e irá constar no Relatório de Gestão e nas prestações de contas de 2022. Thiago Santana questiona sobre a expectativa de arrecadação de 12 milhões e o Coordenador Administrativo da APV, André Rodrigues, explica que a Agência Peixe Vivo recebeu uma planilha do IGAM com valores de recursos da Copasa e da Vale, quatro parcelas adiantadas, e recursos da cobrança de valores em atraso. O Coordenador apresenta a distribuição desses valores e explica que no ano de 2022 foram repassados para a Agência Peixe Vivo R\$7.190.000,00, sendo que R\$5.712.000,00 são referentes à cobrança. Explica ainda que parte do valor recebido não pôde ser utilizado para a proporção de custeio, pois refere-se a um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Diz que a memória de cálculo será disponibilizada e ressalta o baixo valor repassado, que pode estar vinculado à atualização da metodologia da cobrança. Thiago Santana fala sobre a alta

inadimplência dos usuários. Explica que os usuários são notificados quando não fazem o pagamento, mas nem sempre as notificações são recebidas devido à falta de atualização de dados. Explica que o Igam está finalizando a contratação da Serpro, responsável pela gestão de banco de dados da União pra ter acesso ao endereço mais atualizado das pessoas físicas e jurídicas. Diz que ao receber a notificação, o usuário tem 60 dias para se manifestar, passado 60 dias é enviada uma advertência e pode ser feito o processamento para inscrição da dívida ativa junto à Advocacia Geral do Estado (AGE). Ressalta que o processo é moroso, mas que há conversas sobre a possibilidade de suspensão da outorga de usuários inadimplentes. Completa que há dificuldades para aproximar os usuários inadimplentes do Estado e dá o exemplo do SAAE Sete Lagoas, que o maior devedor da bacia do Rio das Velhas, com a dívida correspondente a mais de um ano de arrecadação da bacia. Quanto ao déficit orçamentário, relata que no mês de janeiro o IGAM sofreu com exonerações e que alguns desses servidores estavam acompanhando o pagamento dos valores em atraso e que por isso alguns setores estão sobrecarregados, esclarece que ainda existem valores para serem repassados, mas não sabe se serão suficientes para cobrir o déficit. Marcelo da Fonseca sugere que a Agência Peixe Vivo e o Comitê façam um trabalho de comunicação e mobilização com os usuários inadimplentes. Marcus Polignano entende que por ser um problema de Estado, a APV e o Comitê não devem interferir e que o recurso da cobrança do rio das Velhas advém, majoritariamente, de grandes usuários, como Copasa, SAAE Sete Lagoas e mineradoras. Fala sobre o fato de o SAAE de Sete Lagoas não realizar o pagamento sistematicamente durante várias gestões sem que haja penalização efetiva, estimulando a inadimplência. Marcelo da Fonseca diz que tudo que estava previsto na legislação no âmbito administrativo foi feito, agora está no Poder Judiciário. Diz que o Igam não se manteve inerte e que todos os grandes usuários inadimplentes estão inscritos em dívida ativa. Explica que quando sugere a parceria do IGAM com o Comitê e a Agência é no sentido de conscientizar os usuários sobre a importância do pagamento e isso não é um papel exclusivo do órgão gestor e sim da bacia hidrográfica, pois a cobrança é feita para o Comitê e o IGAM é responsável pela operacionalização. Na sequência, Rúbia Mansur diz que o Igam pediu apoio da Agência Peixe Vivo no contato com os usuários para falar sobre a mudança do procedimento para gerar os boletos da cobrança e que um funcionário ficou responsável pelos contatos. No entanto, devido a desatualização dos dados, houve grande dificuldade. Explica que solicitou a Camila (Igam) o envio dos dados de forma completa, mas a solicitação não foi atendida e o órgão gestor justificou o atendimento à Lei Geral da Proteção de Dados (LGPD). Diz ainda que a empresa responsável pela comunicação da Agência Peixe Vivo e do CBH Rio das Velhas irá focar em apresentar os resultados obtidos com as ações custeadas com recurso da cobrança. Thiago Santana esclarece que a APV não recebeu os dados, pois o próprio IGAM fez contato com os maiores usuários inadimplentes e houve restrição de entendimento sobre a LGPD. Diz que a maioria dos

Documentos de Arrecadação Estadual (DAE) enviados pelos Correios para os usuários não chegavam até o destinatário devido a erro nos dados. Reitera que todos têm responsabilidade em relação à cobrança dos inadimplentes e dá exemplo do grande custo administrativo vinculado à cobrança que não é repassado ao Comitê. Diz que o IGAM está aberto a buscar soluções. Marcus Polignano reitera as limitações de competência de cada instituição e entende que não cabe à APV ou ao Comitê fazer a cobrança direta, no entanto destaca, como exemplo, os esforços da Presidenta Poliana Valgas em buscar diálogo com o SAAE Sete Lagoas. Finaliza dizendo que a Diretoria está aberta a dialogar com os grandes usuários e pede que seja avaliado o método de comprovação de endereço quando das solicitações de outorga. Thiago Santana explica que quando o usuário solicita a outorga ele tem que preencher alguns dados, como endereço residencial, endereço do empreendimento e endereço de correspondência e que muitos pequenos usuários, como produtores rurais, colocam, como endereço de correspondência o da consultoria, que pode mudar, fechar ou cortar o vínculo com aquele usuário. Ressalta que mesmo após a contratação da Serpro, deve-se avaliar com cuidado sobre a disponibilização dos dados devido a LGPD. Marcelo Fonseca destaca a importância de se trabalhar com a população geral as funções que do Comitê, o seu papel na preservação dos recursos hídricos e como ele se sustenta. Thiago Santana diz que o Igam está organizando um evento com os usuários sobre a Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos (DAURH) e as informações serão repassadas para Rúbia Mansur compartilhar com os membros do Comitê e Subcomitês. Dando prosseguimento, Poliana Valgas pergunta sobre a avaliação e aprovação das prestações de contas da Agência Peixe Vivo e Marcelo da Fonseca responde que o IGAM está se esforçando para visitar processos e entendimentos. Explica que hoje o órgão tem um processo bem consolidado e conseguiu aumentar o número de funcionários para atuar na avaliação. Fala sobre o compromisso de concluir em 2022 a avaliação de um contrato de cada uma das entidades e acredita que em fevereiro será concluído. Além disso, diz que o encerramento de contrato com o IBIO atrasou o processo para as demais entidades, pois foi necessário dar uma atenção para o referido contrato. Thiago Santana faz uma apresentação sobre as prestações de conta da Agência Peixe Vivo. Explica resumidamente como o processo é conduzido internamente no Igam, apresenta um gráfico de Balanço Financeiro da Entidade de 2010 a 2022 quanto aos repasses e execução. Na sequência, apresenta as linhas de investimento de execução de recursos, que estão divididas em três eixos: I- Programas e ações de gestão, II- Programas e ações de planejamento, e III- Programas e ações estruturais; mostra um gráfico identificando quanto foi aplicado em cada eixo durante os últimos 5 anos (2017 a 2022) e um resumo geral desses 5 anos, 43% para o Eixo I, 16% para o Eixo II e 41% para o Eixo III. Thiago destaca que quanto mais ações estruturantes são realizadas, mais os usuários têm percepção da aplicação dos recursos. Anderson Diniz reitera o aumento de funcionários que estão trabalhando na avaliação das prestações de

contas e fala sobre um entendimento entre a auditoria e a procuradoria, no sentido de concluir as análises, apresentando ressalvas, quando necessário. José Procópio comenta que continua preocupado com possíveis glosas, após longo período transcorrido, o que pode ter contribuído com o problema com o IBIO. Diz que a justificativa de poucos funcionários não é suficiente, ressaltando que o comentário não se trata de uma crítica aos presentes, mas sim às políticas públicas. Em relação à cobrança comenta que no caso do SAAE de Sete Lagoas, a outorga é da Prefeitura, mas quem faz a gestão é o SAAE, e por esse motivo ninguém assume a dívida. Marcelo Fonseca explica que o Igam está revisitando todas as análises feitas justamente para evitar problemas como o que aconteceu com o IBIO. Fala que não é possível garantir que não vai haver glosa. Poliana Valgas agradece a presença dos representantes do Igam e passa para o próximo ponto de pauta. **Item 1: Aprovação da minuta da ata da reunião realizada no dia 01/12/2022.** Ata é aprovada por unanimidade, sem alterações. **Item 2: Informes a) Contrato de mobilização social e educação ambiental CBH rio das Velhas;** A Coordenadora Técnica, Ohany Ferreira, informa que o contrato atual com a Fundep atingiu o tempo máximo para renovação e foi encerrado em 31/01/2023. Diz que o Termo de Referência (TDR) do processo de contratação começou a ser redigido em junho de 2022, mas que o processo licitatório ainda está em andamento, em sua última fase (avaliação das propostas de preço). Explica que após os prazos de recursos e contrarrazão, será emitido parecer jurídico para posterior homologação da contratação pela Diretora Geral Interina da APV, Berenice Coutinho. Acredita que até o dia 10/02 o contrato deve ser assinado. Informa sobre o ofício enviado a pedido da Presidenta para as coordenações dos subcomitês, relatando a situação do processo e o encerramento do contrato com a Fundep. Diz que está apoiando, juntamente com Wolmara Teixeira as demandas dos subcomitês, até que a licitação seja concluída. Poliana Valgas pede que os demais membros da Diretoria auxiliem a divulgar a informação nos territórios. **b) Atualização da metodologia da cobrança;** Ohany Vasconcelos informa que a Presidenta enviou um ofício para as coordenações da CTIL e CTOC solicitando o agendamento das reuniões para discutirem sobre a atualização da metodologia da cobrança, dentro de suas competências. Diz que os prazos estão curtos, tendo em vista que a Plenária será realizada no fim de fevereiro e é necessário observar os prazos de convocações das reuniões das Câmaras e Plenária. Na sequência, Thiago Campos fala que as reuniões setoriais com os usuários solicitadas pela Diretoria foram realizadas em novembro e dezembro. Fala sobre a participação efetiva de Renato Constâncio na mobilização para essas reuniões e diz que todos os setores enviaram suas considerações. No entanto, surgiu uma demanda, por parte dos usuários, de realizar outra reunião prévia às das Câmaras Técnicas, mas que eles mesmos relataram dificuldade de agenda em janeiro devido às férias. Entende que a não realização da segunda rodada de reuniões com os usuários não deve ser impeditivo para o andamento do processo. **c) Processos de desligamento de membros do CBH rio das Velhas;** Ohany

Vasconcelos explica que o regimento interno do Comitê prevê a instauração de processos de desligamento para membros inadimplentes, mas que por decisão da Diretoria, não serão instaurados processos de desligamento até que seja concluído o processo eleitoral de renovação dos membros do Comitê. Informa que continua fazendo contato com os conselheiros ausentes para reforçar a importância da participação. **d) Aprovação de ofícios 2022 (apoio NEA/FEAM; SUDECAP; PCH Quartéis);** Ohany Vasconcelos relembra sobre os ofícios que foram solicitados pela Diretoria, mas que não foram aprovados/enviados e pergunta se ainda há o interesse no envio. Poliana Valgas diz que os ofícios serão avaliados. Sugere que Polignano fique responsável pelo ofício das PCHs Quartéis e ela e Renato Constâncio fiquem com os ofícios relativos a Sudecap e apoio a NEA/FEAM. Solicita que Ohany Vasconcelos os reenvie para que a Diretoria possa dar contribuições e encaminhamentos. Luiz Guilherme fala sobre o trabalho da comunicação referente a questão das PCHs Quartéis, diz que foram produzidos muitos materiais ressaltando a necessidade de valorização do Rio Paraúna. **e) Relatório anual de atividades CBH rio das Velhas 2022.** Ohany Vasconcelos diz que enviou o relatório para o e-mail dos membros da Diretoria. Explica que se trata de uma obrigação prevista na DN nº 67/2020 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Apresenta brevemente o conteúdo e pergunta se o documento também deve ser apresentado ao Plenário. José Procópio entende que a apresentação deve ser realizada. Fica definido que a apresentação será realizada. **Item 4: Plenária Ordinária CBH Velhas – proposta de alteração de data e pauta.** Ohany Vasconcelos informa que o ponto principal da Plenária é a “atualização da metodologia da cobrança” e tendo em vista que as análises ainda não foram concluídas pelas Câmaras Técnicas, sugere a alteração da data da 120ª Reunião Plenária Ordinária de 28 de fevereiro para 10 de março. Apresenta os possíveis pontos de pauta. Poliana Valgas diz que a pauta tem que ser reduzida, pois acredita que a atualização da metodologia da cobrança vai gerar uma discussão extensa. Sugere a retirada dos seguintes pontos: Informe b) Plano de segurança hídrica da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PSH RMBH e Apresentação Copasa sobre qualidade e quantidade da água das ETAs Bela Fama e Morro Redondo entre 2018-2022 e ações para garantia da segurança hídrica da RMBH. O conselheiro Humberto Marques concorda, mas propõe que na reunião posterior a essa, esses itens sejam prioritários, considerando a importância deles para a capital mineira. Sem objeções é aprovada a mudança de data e pauta: Informes: a) Processo eleitoral 2023 – 2027; b) Contrato de mobilização social e educação ambiental na bacia do rio das Velhas; c) Aprovação das prestações de contas da Agência Peixe Vivo pelo Igam. Aprovação da minuta da ata da reunião extraordinária realizada em 30/01/2023. Aprovação da DN que aprova os mecanismos e valores da cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio das Velhas. Relatório de atividades GACG 2022 e parecer referente ao Relatório Conclusivo elaborado pela Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão do IGAM (2021). Relatório anual de atividades CBH rio das Velhas 2022. Renato

Constâncio diz que a pauta sobre a atualização da metodologia da cobrança o preocupa bastante e que vai se esforçar para deixar tudo preparado para a próxima Plenária. Thiago Campos diz que receberam as contribuições dos usuários, em relação aos valores, mas que mantém o posicionamento exposto para a Diretoria de que os valores são plausíveis, não representam risco para o empreendedor e são condizentes com as expectativas de implementação do PDRH. Renato Constâncio concorda e elogia a qualidade do estudo, complementa dizendo que algumas sugestões feitas nas reuniões setoriais estão fora de cogitação. **Item 5: Assuntos gerais e encerramento.** Rúbia Mansur, Gerente de Integração da APV, informa que em breve sairá de licença maternidade e que a Coordenadora Técnica, Ohany Vasconcelos estará à disposição para atender as demandas do CBH Rio das Velhas. Fala ainda do desejo de contratar um analista para auxiliar nas demandas do Comitê, que atualmente conta também com apoio de uma estagiária. Não havendo mais assuntos a tratar a Presidenta Poliana Valgas encerra a reunião, agradecendo a presença de todos.



Poliana Aparecida Valgas de Carvalho Neiva
Presidenta do CBH rio das Velhas